

IMPASSES, AVANÇOS E DESAFIOS DA AÇÃO PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA PERSPECTIVA COMPARADA BRASIL-FRANÇA

Por Jean-Louis Laville e Genauto Carvalho de França Filho

A solidariedade teve um papel motor na construção dos sistemas de proteção social, especialmente nas sociedades européias, conforme salienta Laville (2006). Contudo, sua influência foi limitada pela concepção redutora da economia, que se impôs tanto no Norte como no Sul. De fato, nesses dois contextos existiram tentativas de criação de atividades econômicas a partir da solidariedade, mas elas foram progressivamente abandonadas, dado o impulso que conheceu o capitalismo. As formas de expressão da sociedade civil, em vez de optarem por um conteúdo econômico, tiveram mais como função reivindicar um certo número de direitos sociais a fim de enquadrar a economia de mercado. Esses direitos foram completados pela implementação de uma economia não mercantil. Em relação a este aspecto, a intervenção redistributiva do Estado social se exerceu mais completamente nas sociedades européias e, se ela permaneceu limitada nas sociedades latino-americanas, o desenvolvimento baseado numa dinâmica mercantil emendada por proteções sociais mínimas repousou num mesmo modelo.

Esse compromisso sócio-econômico conhece uma primeira onda de contestação com os movimentos dos anos 1960 e 1970, que descobrem os estragos do progresso, os efeitos perversos do trabalho alienado e de um consumo de massa. Ele é em seguida profundamente abalado por uma segunda onda, aquela de uma mundialização governada por políticas neoliberais sinônimos de desregulamentação e de mercantilização crescente das atividades sociais. É em relação com essas duas ondas sucessivas que uma dinâmica solidária no seio da economia reencontra vigor. No Brasil, a economia popular e solidária procura ultrapassar modos de sobrevivência para caminhar na direção de atividades promotoras de um desenvolvimento sustentável; segundo, por exemplo, a idéia de uma economia do trabalho que, contrariamente à economia do capital, para retomar os termos de Coraggio (2004), é orientada para a satisfação das necessidades fundamentais da população. Na França, a aspiração a uma outra lógica econômica é reafirmada como prolongamento das formas de economia social.

Os vários estudos de caso reunidos na obra ação pública e economia solidária (Laville, França Filho, Medeiros e Magnen, 2006) evidenciam uma caracterização da economia solidária que não repousa apenas numa hibridação de recursos. A partir do momento em que a finalidade é a democratização da economia, convém definir a economia solidária pela dupla dimensão das iniciativas, ao mesmo tempo econômica e política (Dacheux, Laville, 2003; Eme, Laville, 2000). A dimensão política não é reduzida à propriedade coletiva, ou seja, a garantia de uma igualdade jurídica entre as partes é estendida a possibilidade de livre expressão (discursiva) de cada um, o que torna possível falarmos em termos de “espaços públicos e proximidade” (Eme, Laville, 1996) que parecem inventar-se através destas experiências. No Brasil, as observações efetuadas revelam percursos e trajetórias de evoluções pessoais importantes favorecidas pela livre expressão de pessoas que não tiveram anteriormente acesso a uma qualificação e a condições de trabalho decentes. A passagem de uma atitude passiva para uma postura de maior iniciativa, revelada em muitos casos, sugere a aparição de um perfil de trabalhador engajado diferente daquele dos militantes operários das grandes concentrações industriais, remetendo a outros percursos e histórias de vida.

O ganho de confiança pessoal através da ação coletiva aumenta quando os participantes podem constatar efeitos concretos de sua implicação na mudança de suas condições de vida cotidiana.

As pesquisas ilustraram amplamente como cooperativas criadas num grande elã de fusão viram sua mobilização se evaporar em razão da distância entre a amplitude da mudança anunciada nos discursos e a realidade vivida pelos trabalhadores. Esse enfraquecimento da adesão interna é particularmente perceptível em experiências onde a modificação da propriedade da empresa não se acompanhou de formas de participação direta, facilitando a intervenção sobre as condições e a organização do trabalho. Com o tempo, o estatuto cooperativo serve apenas como justificação de uma tecnocracia gerencial que se apresenta como democrática e se isola das outras categorias profissionais nas quais ela critica os comportamentos insuficientemente cooperativos, estas últimas sentindo, por sua vez, uma decepção crescente com relação a seu engajamento inicial. As mesmas constatações de “degenerescência burocrática” (Mandel, 1975; Oppenheimer, 1914; Webb-Webb, 1914) foram, aliás, efetuadas em associações e organizações mutualistas (Meister, 1974; Dreyfus, 2001).

Vários exemplos desenvolvidos na obra ação pública e economia solidária (Laville, França Filho, Medeiros e Magnen, 2006) sugerem um itinerário diferente. A ASMOCOPAL (banco palmas) é um deles, conforme salientam França Filho e Silva Jr. (2006): trata-se, antes de tudo, de uma associação de moradores formada através de uma história de luta política pela melhoria do quadro de vida em seu território. O fato de ter fomentado mudanças significativas no próprio bairro parece ter contribuído fortemente na implicação dos moradores nos projetos que a associação promove. Em resumo, apesar das dificuldades inerentes a uma favela, a intensidade da participação se reforçou periodicamente, pois seus efeitos são muito concretos.

Existe em tais iniciativas um entrelaçamento entre dimensões política e econômica. Os espaços públicos de proximidade apresentam probabilidades cada vez maiores de se manterem na medida em que conseguem engendrar evoluções positivas nas condições sócio-econômicas de vida dos sujeitos envolvidos. Reciprocamente, estas transformações são ainda mais inclinadas ao êxito na medida em que suas práticas sejam capazes de gerar espaços públicos de proximidade capazes de promover uma abordagem diferente da atividade econômica - onde esta representa mais do que um meio para se alcançar fins solidários.

A noção de espaço público é aqui considerada numa acepção original, em que destaca-se seu duplo sentido: ao contrário de uma dissociação entre espaços público e econômico, sua constituição é relacionada ao desenvolvimento da atividade econômica e aos atores que se encontram nela envolvidos. O registro habitualmente qualificado de infrapolítico (isto é, relacionado à dinâmica de socialização dos indivíduos em seu cotidiano no interior da sociedade civil – e que em geral não se considera como fazendo parte de um registro de lógica política) é reavaliado, mostrando que aí pode acontecer uma publicização da ação coletiva. Neste sentido, a abordagem da democracia econômica é igualmente renovada: ao invés de ser abordada numa perspectiva de democracia industrial (Martin, 1994), ela o é pelo viés dos processos de “voice” (Hirschman, 1976), isto é, pela ênfase na livre expressão discursiva dos atores. Em economia solidária, a capacidade de preservar um espaço público de proximidade, isto é, um espaço dedicado à própria expressão dos participantes que decidem agir para resolver seus problemas comuns, é, portanto, importante para o *devoir* da dinâmica coletiva; entretanto, ela não parece suficiente para a superação completa da situação de marginalidade em que se encontram as iniciativas.

Discriminações negativas persistentes

Isto porque existem discriminações negativas as quais padecem tais iniciativas. Estas discriminações provêm dos efeitos sedimentados na história de uma concepção dominante da economia que invalida tais iniciativas segundo modalidades empiricamente situáveis, tanto nas regras institucionais que regem as atividades econômicas quanto nas representações sociais das quais elas são objeto. A inadequação dos quadros legais e as incompreensões que elas suscitam são, a esse respeito, eloqüentes.

Na França, nenhum estatuto jurídico de organização disponível permite comodamente a participação das múltiplas partes envolvidas. O estatuto de associação, por exemplo, confere um lugar preponderante aos voluntários e admite os usuários como membros, sem prever a integração dos trabalhadores em sua direção, enquanto as cooperativas privilegiam uma única categoria de membros (trabalhadores, consumidores, ...): é precisamente isto que se esforça em remediar o estatuto recentemente criado da chamada *société coopérative de intérêt collectif* - SCIC (Gardin, 2004: 212-219). No Brasil, a situação é ainda pior. A atual lei sobre as cooperativas favorece grandes estruturas cooperativas, como as do “*agro-business*”, cujo funcionamento é praticamente o mesmo de outras empresas privadas. O marco legal não é apropriado nem para integrar o fenômeno do “cooperativismo popular” (Dubeux Gervais, 2004), que diz respeito as cooperativas de pequeno porte, onde se entrecruzam laços comunitários e procedimentos econômicos; nem para impedir o fenômeno das “falsas” cooperativas que representam disfarçadamente empresas praticando um empreendedorismo absolutamente inescrupuloso ao precarizar o trabalho utilizando o estatuto cooperativista como meio de redução dos encargos trabalhistas. A ausência de um quadro jurídico obstaculiza também as iniciativas que têm a forma associativa, esta última apresentando problemas no que se refere à comercialização de bens e serviços. Na França como no Brasil, a viabilidade econômica destas iniciativas é também dificultada pela não consideração da sua utilidade social, a despeito dos debates e pesquisas que começam sobre este assunto (Gadrey, 2005). Os critérios permitindo às autoridades públicas reconhecer as contribuições para a coletividade fornecida por atividades que se impõem em primeiro lugar finalidades de natureza sociais e ambientais não são garantidos na França, e muito menos no Brasil, onde tal debate nem ao menos está colocado.

Estas diversas inaptações do quadro institucional, na maioria das vezes malcompreendidas, levam a interpretações freqüentes segundo as quais os obstáculos encontrados para sair da precariedade são devidos a uma falta de profissionalização gerencial. Donde comumente resultam pressões pela normalização através da adoção de métodos gerenciais importados das empresas privadas lucrativas sem nenhuma interrogação sobre a pertinência de seu conteúdo. No Brasil, um importante esforço de pesquisa começa a ser desenvolvido a este respeito em torno da noção de gestão social (França Filho, 2005). A idéia, neste sentido, é de primeiro esclarecer a especificidade de algumas dinâmicas organizativas oriundas do campo da sociedade civil, em termos da sua racionalidade e lógica própria, em relação ao mundo empresarial e a lógica de mercado. Para, em seguida, trabalhar-se sobre um conhecimento relativo à construção de ferramentas de gestão adaptadas à realidade de tais práticas, o que nos conduz a uma refundação do debate sobre tecnologias sociais no momento atual (França Filho, 2005). Na França, os efeitos perversos dessa importação de métodos gerenciais oriundos do setor privado para o campo associativo fora já apresentado em *Sociologie de l'association* (Laville e Sainsaulieu, 1997). Neste trabalho, a questão fundamental colocada também diz

respeito a um rigor gerencial preocupado com a consideração das lógicas institucionais¹ próprias às experiências de economia solidária.

Assim, a acusação de amadorismo recorrente é apenas uma manifestação da constante deslegitimação por parte dos decisores públicos acerca do tema. Na França, a retrospectiva conduzida em várias cidades e regiões evidencia o quanto é árduo opor-se a ela. Um dos sinais dessa desvalorização reside no tempo necessário para sair de uma confusão entre a economia social e solidária, por um lado, e a inserção pelo econômico, por outro, mantida pelas separações que fazem do desenvolvimento econômico e do emprego-inserção áreas de responsabilidade confiadas a representantes políticos diferentes. A distinção é tão lenta a se impor que certos defensores da economia social, perturbados com a irrupção da economia solidária, quiseram, além disso, destinar esta última ao tratamento da exclusão, atestando segundo eles sua falta de credibilidade econômica.

A dificuldade para os responsáveis públicos em compreender a multi-dimensionalidade da economia solidária está também presente no Brasil, onde a imbricação entre as dimensões política e econômica, já mencionada, é redobrada por importantes aspectos sociais e culturais entrando em conta na imensa economia popular, que proporciona recursos a uma parte importante da população. A economia solidária representa um esforço coletivo para que a economia popular, ao mesmo tempo em que se apóie no trabalho cooperativo e nos laços comunitários, seja cada vez mais estruturada por impulsos de solidariedade democrática e conquiste seu lugar ao sol, sendo capaz de produzir reais transformações no âmbito institucional, sobretudo em relação a contextos territoriais específicos como certos bairros desfavorecidos. O conteúdo mais comunitário das práticas sócio-econômicas, oriundo das solidariedades tradicionais ordinárias tecidas no cotidiano, se mistura a um conteúdo mais político onde atores discutem seus problemas comuns e buscam resolvê-los trabalhando diretamente na solução do problema, ao mesmo tempo em que reivindicam seu reconhecimento institucional, a partir de uma relação de igualdade. Entretanto, a existência de um *continuum* entre esses dois pólos da ação direta e da reivindicação institucional (supondo, no caso brasileiro, uma concepção estratégica de desenvolvimento caracterizada pela passagem de uma dimensão de subsistência àquela de sustentabilidade das iniciativas numa determinada base territorial) permanece amplamente incompreendida. Como na França, onde iniciativas foram depreciadas sob o pretexto de que elas eram experiências comunitárias, ao passo que elas davam prova de uma inegável vontade de inscrição no espaço público², no Brasil a imagem da economia popular é reduzida à de uma economia informal, uma economia de pobres encerrada na gestão da penúria. O amálgama praticado entre trabalho dissimulado, mercado paralelo, contrabando, tráfico e produção doméstica, impede de distinguir as características da economia popular já evidenciadas por vários pesquisadores (Coraggio, 2004; Nyssens; Razetto, 1993; França Filho, 2002b; Sarria Icaza, Tiriba, 2005, Gaiger, 2004, Kraychette, 2000), e a assimila a uma espécie de sub-economia, cujo estatuto subordinado está ligado ao primado da economia mercantil oficial. Segundo esta visão, a única economia plenamente reconhecida é assim a economia de mercado e a economia popular é considerada apenas um paliativo, como na França a economia de inserção é tratada como um momento de passagem (ou seja, uma espécie de reservatório de ocupações temporárias, servindo de trampolim aos “verdadeiros” empregos a serem supostamente obtidos em seguida numa economia de mercado – o que não ocorre pela capacidade limitada do mercado na geração de empregos). Neste modo de pensar, o objetivo permanece sendo a integração numa economia mercantil, que é sacralizada no momento

¹ Sobre a importância das lógicas institucionais, Laville (2005).

² Ver o exemplo da «Juventude Ativa da Bastide», associação criada por jovens de um bairro da cidade de Limoges, cf. (Laville, Marchat, 1995).

mesmo em que ela se revela incapaz de fornecer postos de trabalho para todos. Curioso paradoxo dos tempos atuais, para não dizer... que grande contradição do nosso sistema econômico dominante!

A esta visão redutora da economia se adiciona um olhar restritivo sobre o empreendedorismo. O discurso sobre a criação de atividades conduz frequentemente a uma supervalorização da empresa individual mercantil que, tanto em países do Sul quanto do Norte, costuma ser acompanhada de um certo proselitismo do micro-crédito, visto como a panacéia de todos os males do capitalismo contemporâneo. É assim que De Soto (1987) mais parece elaborar a apologia de uma espécie de “capitalismo de pés descalços”. Trata-se, aqui, de um discurso que omite absolutamente a realidade de iniciativas antes de tudo coletivas que marcam a economia popular e solidária. Coerente, então, com esse olhar sobre o empreendedorismo, numerosos projetos de desenvolvimento local conduzidos por diferentes governos em diferentes níveis no Brasil, encontram-se exclusivamente centrados nos chamados “arranjos produtivos locais” (APLs), ou seja, em conjuntos de pequenas iniciativas privadas mercantis organizadas numa base territorial e setorial para melhorar seu desempenho e produtividade. Tais iniciativas merecem um destaque importante pela preocupação em repensar o desenvolvimento local a partir da valorização da micro e pequena empresa, além das contribuições em termos de dinamismo trazida aos territórios pelos efeitos conjugados da cooperação inter-empresarial que gera, além da inovação tecnológica, requalificação profissional, etc.. Contudo, tais iniciativas esbarram nos limites próprios de um paradigma da competitividade, tornando os territórios reféns da dinâmica capitalista mais geral e lógicas específicas da economia de mercado, cujo horizonte em termos de sustentabilidade consubstanciada na capacidade em gerar postos de trabalho, revela-se sempre muito incerta. Em suma, uma tal exclusividade de visão proposta como alternativa para promoção do desenvolvimento local, deixa de reconhecer o imenso potencial contido em outras iniciativas a exemplo da economia solidária presente nos mesmos territórios.

Contra as discriminações, espaços públicos de um segundo nível

A amplitude dos problemas que acabam de ser revelados mostra que a legitimidade resta, em parte, a ser conquistada para a economia solidária. E os espaços públicos de proximidade encontram, desse ponto de vista, limites, pois eles são ancorados em experiências singulares. Por isso assiste-se mais recentemente a formação de espaços públicos de um segundo nível (Eme, 1994; Dacheux, 2003; Roulleau-Berger, 2003). Trata-se aí de espaços se estendendo numa escala mais ampla, dedicados à reunião de múltiplas iniciativas, de origens muito diversas, com um objetivo de deliberação e de representação.

Se os atores perceberam como necessário um tal nível de organização para serem ouvidos pelos poderes públicos, tanto nas redes brasileiras quanto nas estruturas regionais e nacionais na França, os responsáveis públicos, pelo fato de serem minoritários no aparelho político-administrativo, sentiram a necessidade paralela de constituir os espaços de trocas e de elaboração que são, respectivamente, a “Rede dos Territórios para a Economia Solidária”, na França, e a “Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária”, no Brasil. Além de constituir-se como instâncias autônomas, como no primeiro nível, esses espaços públicos de segundo nível são também intermediários, no sentido de que eles se esforçam tendo em vista contribuir para a regulação de um campo de práticas através do estímulo as interações entre as iniciativas e os poderes públicos. A dimensão de autonomia na livre expressão do discurso articula-se a perspectiva de uma negociação encarada como indispensável para modificar, gradualmente, os quadros institucionais e as representações sociais que influenciam o

desenvolvimento da economia solidária. Os fóruns brasileiros, doravante presentes em praticamente todos os estados da federação, combinam assim uma participação democrática, inscrita em sua carta de princípios e devendo orientar sua dinâmica de funcionamento, com a confrontação com os responsáveis públicos. Por outro lado, enquanto espaços de reunião de atores para discussão e deliberação de ações, eles são lugares onde o conflito político encontra-se fortemente presente, manifestando-se, sobretudo, nas divergências a propósito das escolhas estratégicas e rumos do movimento.

No Brasil, os espaços públicos intermediários representam uma emanção direta dos próprios atores da economia solidária. Além disso, eles apresentam um grau de estruturação no nível regional mais desenvolvido do que na França. O trunfo brasileiro reside numa ampla auto-organização da sociedade civil, que tem como contrapartida uma fraqueza histórica das políticas públicas. A situação é inversa na França, onde a tradição de forte intervenção pública, que tem, entretanto, como reverso a separação entre o econômico e social, coexiste com uma fraca mobilização dos atores. Muitos atores da economia solidária temem a agregação e os riscos de manipulação que na visão deles próprios estaria associado a este tipo de dinâmica, conforme assinalado por M.Hersent (2006). Em razão da dispersão devida a este déficit de organização espontânea – em Nantes e Grenoble, por exemplo –, a implicação dos atores é claramente impulsionada pelos poderes públicos. O procedimento seguido consiste, primeiramente, em tornar visível o peso da economia social e solidária no conjunto da economia local através de um diagnóstico participativo, para em seguida encadear-se com jornadas de estudo e de comunicação permitindo o encontro entre representantes da economia social e iniciativas emergentes da economia solidária, não sem sucesso, pois 1.650 participantes foram recenseados em Grenoble e 980 em Nantes. Através desses diferentes vieses, trata-se de combater as lógicas de encerramento, filtragem e assimetria típicas das práticas políticas governamentais. A entrada em cena pública está destinada a se opor aos mecanismos de defesa implementados pelas redes notabiliárias tradicionais, para abrir as políticas econômicas dos governos locais a uma economia social e solidária que não seja abordada sob o único ângulo da inserção. A busca de um reconhecimento no campo econômico é uma estratégia à qual, segundo Yvergnaux (2006), inscreve-se a cidade de Rennes, como outras na França, em razão da falta de poder dispor de um espaço institucional no qual o desenvolvimento social e econômico sejam verdadeiramente concebidos juntos.

A evolução das dotações orçamentárias obtidas para as iniciativas de economia social e solidária constitui um indicador confiável do progresso alcançado, bem como do caminho que resta a percorrer para se chegar a uma igualdade de tratamento com outros componentes da economia. A esse respeito, as experiências francesas e brasileiras apresentam uma certa tendência convergente, uma vez que pode-se inferir que o crescimento das margens de manobras econômicas apenas parece possível se “as experiências ultrapassarem seu isolamento econômico e se tornarem igualmente iniciativas sócio-políticas”, conforme sublinham Schwengber, Praxedes e Parra (2006) tratando do programa “Oportunidade Solidária” de São Paulo. A mesma constatação observa-se na análise do caso de Recife, onde Medeiros e Dubeux Gervais (2006) mostram como o apoio à economia popular e solidária faz sentido, não em ações pontuais, mas numa política em favor do fortalecimento do associativismo local, como através da organização de centros públicos de economia solidária que são vistos como “espaços públicos de construção de uma política pública”. O objetivo maior não é contratar serviços, mas fortalecer o tecido sócio-econômico-político da sociedade.

A pressão política do movimento de economia solidária para superar uma visão redutora da economia, que privilegia a dinâmica do mercado e a sociedade de capitais, encontra obstáculos

consideráveis. Sarria Icaza (2006) sublinha o risco de constituição de “feudos” a partir das correntes políticas, particularmente sensível no caso do Rio Grande do Sul, onde uma fração do Partido dos Trabalhadores promoveu uma política impregnada de uma visão industrialista em que privilegiou-se um segmento da economia popular solidária em detrimento de outros. A economia solidária, pela sua fragilidade, é às vezes conduzida a se proteger através de um apoio partidário que acentua sua sensibilidade nos momentos eleitorais. Os responsáveis pela política pública de São Paulo tentaram escapar dessa lógica submetendo à Câmara de Vereadores um projeto de lei, cujo propósito era de instituir a política pública de economia solidária como uma ação pública de governo, independente de partido político (tal iniciativa não fora exitosa, pois com a sucessão do mandato municipal em 2004, o novo governo Serra acabou por “enterrar” este projeto).

De todo modo, muito embora as ameaças de desvio, as iniciativas só podem pesar na concepção das políticas públicas intervindo no seio de espaços públicos em diferentes níveis, redefinindo as relações entre sociedade civil e poder político, numa abordagem ampliada da ação pública.

A caminho de novas problemáticas

Os processos de mudança que foram estudados na obra *Ação pública e economia solidária* (Laville, França Filho, Medeiros e Magnen, 2006) não teriam podido ser apreendidos apenas a partir da conceituação da economia social. Em outras palavras, seu exame ajuda a precisar vias de pesquisas suscetíveis de ultrapassar os limites desta última, tal como evocados por Chaniel e Laville (2006).

Importa substituir uma interpretação das iniciativas em termos de empresas coletivas por uma análise que permita perceber a confrontação mútua das dimensões política e econômica da ação coletiva. A noção de espaço público de proximidade, conferindo uma originalidade às dinâmicas econômicas, pode servir para interrogar a realidade de tais práticas do ponto de vista do seu fundamento democrático, questionando a assimilação entre igualdade formal na propriedade coletiva e funcionamento democrático. Por outro lado, a dimensão política das iniciativas não se reduz aos espaços públicos de proximidade. O alcance da mudança institucional efetiva depende de uma articulação desses espaços públicos de proximidade com espaços públicos intermediários. As experiências de economia solidária só podem sair de seu confinamento com a introdução de políticas públicas opondo-se às discriminações negativas às quais elas são confrontadas. Por outro lado, os responsáveis públicos só podem confortar sua ação legitimando-a através da pressão exercida por forças organizadas no seio da sociedade civil. Na confluência dessas duas exigências, os espaços públicos intermediários contribuem para reconfigurar o quadro institucional e desconstruir as representações dominantes sobre a economia. É assim que as Sessões do Trabalho e Emprego da região Nord-Pas-de-Calais, na França, ou a Senaes, no Brasil, conseguiram iniciar novas políticas somente apoiando-se na participação aberta aos cidadãos, no primeiro caso, e na dinâmica do Fórum brasileiro, no segundo caso. Quanto ao orçamento participativo de Porto Alegre, convém notar que, entre seus revezamentos nos bairros, numerosos foram os militantes da economia popular e solidária que também solicitaram que as questões tratadas integrassem uma política neste campo. Intervenção política e ação econômica estão imbricadas e a versão da mudança social que se lê nestes exemplos é bem diferente daquela defendida precedentemente pela economia social, que apostava na difusão das experiências a partir do seu sucesso econômico no mercado.

A observação dos espaços públicos intermediários conduz, por outro lado, a situar o lugar que podem ter estes “fóruns híbridos” numa “democratização da democracia” (Callon, Lascoumes, Barthe, 2001). Quando as desigualdades na livre expressão discursiva dos cidadãos são particularmente importantes, como é a evidência em matéria de economia, estes fóruns só podem ser vetores de mudança, em termos de um novo arranjo institucional, se eles forem uma complementação de espaços públicos autônomos sem os quais as “palavras menos legítimas” não podem tornar-se audíveis. A questão política, ao mesmo tempo em que é integrada, não se reduz às formas de organização dos mercados, enquadrando-o também. O enquadramento dos mercados só é efetivo e realmente discutido se ele for concebido através de uma visão da economia como constituída por uma pluralidade de princípios econômicos. Os fóruns híbridos não podem, sozinhos, reorganizar os mercados, porque os problemas que eles engendram não se limitam às externalidades, mas incluem os efeitos de uma concepção “atomista” do social inerente à assimilação entre troca econômica e troca contratual, como mostra “a crítica comunitária do liberalismo” (Walzer, 1990). J. Gadrey tem razão ao insistir sobre o fato de que os mercados concretos são diferentes da figura abstrata do mercado auto-regulado. Porém, esta afirmação não invalida o argumento de B. Perret segundo o qual esta diversidade na realidade não impede que a figura do mercado exista “enquanto representação cultural performativa desta mesma realidade” (Le Velly, 2004: 89). A internalização das externalidades não é o único mecanismo de regulação da economia, como pesquisas comparativas o mostraram (Laville, Nyssens, 2001). Se as formas híbridas se contentassem em regular a questão das externalidades, disso resultaria uma funcionalização da democracia em relação à economia. Neste sentido, tais espaços só são capazes de alimentar o debate democrático se várias lógicas econômicas podem aí ser defendidas. Donde a importância de uma perspectiva de economia plural (França Filho e Laville, 2004; Laville, 2005).

Em suma, o estudo das interdependências entre esfera econômica e política supõe atravessar as fronteiras estabelecidas pelas especializações disciplinares. No que tange a disciplina sociológica, o campo específico da sociologia econômica é freqüentemente reduzido a uma espécie de sociologia dos mercados, apesar de pesquisadores (Borghi, Magatti, 2002) se interessarem pelos efeitos das formas assumidas pelas economias contemporâneas sobre o espaço público. Quanto à sociologia política do engajamento público, ela tende a se desviar de tudo o que é da alçada da economia. Assim, análises tratando da altermundialização (Agrikoliansky, Sommier, 2005) subestimam ao mesmo tempo o papel que nela desempenha, há vários anos, a economia solidária e a influência que tiveram encontros internacionais sobre a própria estruturação deste campo em nível nacional. Neste sentido, a Inter-redes de economia solidária francesa não teria sido formada sem o encontro de Lima, em 1997 (mais conhecido como *I Simpósio internacional pela globalização da solidariedade*), e os respectivos intercâmbios com seus interlocutores latino-americanos que nele aconteceram. Em seguida, o Village da Economia Social e Solidária no Fórum Social Europeu de Paris - Saint-Denis constituiu uma etapa importante para o que havia se tornado o Movimento de Economia Solidária. Do lado de cá, o Fórum brasileiro de economia solidária, antes de se multiplicar através dos fóruns estaduais, encontra sua origem nos debates sobre a economia solidária no seio do Fórum Social Mundial e foi pela sua demanda que o governo Lula aceitou criar uma Secretaria Nacional no interior do Ministério do Trabalho. A consideração destes aspectos nos leva a analisar os processos de institucionalização de maneira mais fina, ou seja, na complexidade de suas diferentes escalas. A institucionalização não pode ser abordada como o desfecho de passos coletivos prévios no interior da sociedade civil. A história da economia social e solidária na França, tal como evocada por Chanial e Laville (2006),

basta para lembrar que o reconhecimento de quadros jurídicos distintos no século XIX significou seleção e fragmentação das iniciativas anteriores. Nem por isso a institucionalização

pode ser reduzida à reprodução do instituído: encará-la somente como uma instrumentalização das experiências é criar um impasse sobre o encaminhamento sinuoso da mudança democrática. A institucionalização é, antes, o resultado de interações marcadas pelas desigualdades de poderes entre atores sociais “cuja legislação reflete, em um ou outro momento, o peso respectivo num processo de negociação” (Boucharde, 1995: 214). As configurações examinadas, do local ao internacional, participam da delimitação do campo das possibilidades democráticas, porque elas formulam “a questão da articulação, da mediação, da junção do político não institucional, dos espaços públicos de proximidade com os espaços políticos de delegação, da sociedade civil ao Estado” (Maheu, Sales 1991), suscetíveis de confortar uma visão plural da economia.

A invenção política, que não é “monopólio dos movimentos sociais”, é “situada no coração do agir”, que “consiste precisamente em problematizar o existente para promover o novo” (Dodier, 2003: 340). A ação pública em matéria de economia solidária participa dessa invenção pelo questionamento do domínio dos poderes econômicos que paradoxalmente se exprimiu no momento do retorno da utopia de uma “sociedade de mercado” (Polanyi, 1983).

Bibliografia

AGRIKOLIANSKY E., SOMMIER I. (dir.), *Radiographie du mouvement altermondialiste*, Paris, La Dispute, 2005.

BORGHIV., MAGATTI M., *Mercato e società*, Rome, Carocci, 2002.

CALLON M., LASCOUMES P., BARTHE Y., *Agir dans un monde incertain. Essai sur la démocratie technique*, Paris, Seuil, 2001.

CHANIAL, P. e LAVILLE, J.L.; “A economia social e solidária no Brasil”, In: Laville, França Filho, Medeiros e Magnen (Orgs.), *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*, Porto Alegre-Salvador, Edufrgs/Edufba, 2006.

CORAGGIO J.L., *La gente o el capital. Desarrollo local y economía del trabajo*, Buenos Aires, 2004.

DACHEUX E., « Un nouveau regard sur l’espace public et la crise démocratique », in DACHEUX E., LAVILLE J.L. (dir.), « Economie solidaire et démocratie », Hermès, n° 36, CNRS Editions, 2003.

DACHEUX E., LAVILLE J.L. (Coord.), *Economie solidaire et démocratie*, Hermès, n° 36, Paris, CNRS Editions, 2002.

DODIER N., « Agir dans l’histoire. Réflexions issues d’une recherche sur le sida », in LABORIER P., TROM D., *Historicités de l’action publique, Groupe de sociologie politique et morale – Centre universitaire de recherches administratives et politiques de Picardie*, Paris, PUF, 2003.

DREYFUS M., *Liberté, égalité, mutualité. Mutualisme et syndicalisme 1852-1967*, Paris, Editions de l’Atelier/Editions Ouvrières, 2001.

DUBEUX GERVAIS A.M., *Education, travail et économie solidaire. Le cas des incubateurs technologiques de coopératives populaires au Brésil*, Thèse de sociologie, Université de Paris I - Institut du développement économique et social, 2004.

EME B., «Insertion et économie solidaire», in EME B., LAVILLE J.L. (dir.), *Cohésion sociale et emploi*, Paris, Desclée de Brouwer, 1994.

EME B., LAVILLE J.L. (dir.), *Cohésion sociale et emploi*, Paris, Desclée de Brouwer, 1994.

FRANÇA FILHO, G., A via sustentável-solidária no desenvolvimento local, In: Revista organizações & Sociedade (O&S), Salvador – Escola de Administração (UFBA), V.15, n.45, abr./jun-2008, p.219-232.

FRANÇA FILHO, G., “Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação”, In: Civitas, Porto Alegre - PUCRS, V.7, n.1, jan-jun-2007, p.155-174.

FRANÇA FILHO, G.; “A economia popular e solidária no Brasil”, In: Laville, França Filho, Medeiros e Magnen (Orgs.), *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*, Porto Alegre-Salvador, Edufrgs/Edufba, 2006.

FRANÇA FILHO, G.; “Políticas públicas de economia solidária no Brasil”, In: Laville, França Filho, Medeiros e Magnen (Orgs.), *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*, Porto Alegre-Salvador, Edufrgs/Edufba, 2006.

FRANÇA FILHO, G. E Silva Jr., «Uma dinâmica associativa emblemática no nordeste brasileiro», in : Laville, França Filho, Medeiros e Magnen (Orgs.), *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*, Porto Alegre-Salvador, Edufrgs/Edufba, 2006.

FRANÇA FILHO G.C., «Gestion Sociale», in LAVILLE J.L., CATTANI A.D. (org.), *Dictionnaire de l'Autre Économie*, Paris, Desclée de Brouwer, 2005.

FRANÇA FILHO G.C., LAVILLE J.L., *Economia Solidária. Uma abordagem internacional*, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO G.C., «Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais», in *Bahia Análise e Dados*. Salvador, SEI/Governo da Bahia, 2002b, vol. 12, n° 1, Jun/2002.

GADREY J., «Utilité sociale», in LAVILLE J.L., CATTANI A.D. (dir.), *Dictionnaire de «l'autre économie»*, Desclée de Brouwer, 2005.

GADREY J., déclaration lors de la rencontre de synthèse des journées locales du PRDESS, le 28 janvier 2004.

GAIGER L. (org.), *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004.

GARDIN L., *Une contribution à la nouvelle sociologie économique. Réciprocité et économie solidaire*, Thèse de doctorat en sociologie (2 tomes), Conservatoire national des arts et métiers (CNAM), Paris, 2004

HERSENT, M., «A construção de um movimento de economia solidária na França », In: Laville, França Filho, Medeiros e Magnen (Orgs.), *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*, Porto Alegre-Salvador, Edufrgs/Edufba, 2006.

HIRSCHMAN A.O., *Les passions et les intérêts*, Paris, Presses Universitaires de France, 1980.

KRAYCHETE G., LARA F., COSTA B. (org.), *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*, Vozes, Petrópolis, 2000.

LAVILLE, J.L.; “Ação pública e economia solidária: um quadro de análise”, In: Laville, França Filho, Medeiros e Magnen (Orgs.), *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*, Porto Alegre-Salvador, Edufrgs/Edufba, 2006.

LAVILLE J.L., *Sociologie des services*, Toulouse, Erès, 2005.

LAVILLE J.L, NYSSSENS M., « Etats-providences et services sociaux », in LAVILLE J.L, NYSSSENS M., *Les services sociaux, entre associations, Etat et marché, L'aide aux personnes âgées*, La Découverte, 2001.

LAVILLE J.L., EME B., « Pour une approche pluraliste du tiers secteur », *Nouvelles pratiques sociale*, Vol. 11 et 12, Printemps, Montréal, Presses de l'Université du Québec, 1999.

LAVILLE J.L., SAINSAULIEU R., *Sociologie de l'association*, Paris, Desclée de Brouwer, 1997.

LAVILLE J.L., MARCHAT J.F., *Services de proximité et développement social urbain*, 2 tomes, Recherche pour le Plan construction architecture, Paris, CRIDA-LSCI, 1995.

MAHEU L., SALES A., *La recomposition du politique*, Paris, L'Harmattan, Montréal, Presses Universitaires de Montréal, 1991.

MANDEL E., Self-management, Dangers and Possibilities, *International*, 2/3, 1975.

MARTIN D., *Démocratie industrielle*, Paris, PUF, 1994.

MEDEIROS, A. e DUBEUX GERVAIS, “Recife: o apoio ao desenvolvimento da economia popular e solidária”, In: Laville, França Filho, Medeiros e Magnen (Orgs.), *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*, Porto Alegre-Salvador, Edufrgs/Edufba, 2006.

MEISTER A., *La participation dans les associations*, Paris, Éditions Ouvrières, 1974.

OPPENHEIMER F., *Economie pure et économie politique*, Paris, Girard et Brières, 1914.

POLANYI K., *La grande transformation. Aux origines politiques et économiques de notre temps*, Paris, Gallimard, 1983.

ROULLEAU-BERGER L., « La production d'espaces intermédiaires », in DACHEUX E., LAVILLE J.L. (dir.), « Economie solidaire et démocratie », Hermès, n° 36, CNRS Editions, 2003.

SARRIA ICAZA, A.; “Políticas públicas de economia solidária no Rio Grande do Sul”, In: Laville, França Filho, Medeiros e Magnen (Orgs.), *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*, Porto Alegre-Salvador, Edufrgs/Edufba, 2006.

SCHWENGBER, A., PRAXEDES, S. e PARRA, H. ; « Programa oportunidade solidária », In: Laville, França Filho, Medeiros e Magnen (Orgs.), *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*, Porto Alegre-Salvador, Edufrgs/Edufba, 2006.

TIRIBA, L., PICANÇO, I. (orgs.), *Trabalho e Educação – arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular e solidária*, Idéia e Letras, Aparecida-SP, 2005.

WALZER M., *Pluralisme et démocratie*, Paris, Éditions Esprit, 1997.

WEBB S., WEBB F., « Co-operative production and profit sharing », *New Statesman* (Special supplement), 1914.

YVERGNIAUX, A., « Rennes : qualidade de vida e economia solidária », In: Laville, França Filho, Medeiros e Magnen (Orgs.), *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*, Porto Alegre-Salvador, Edufrgs/Edufba, 2006.